

GESTÃO DE CONTAS A RECEBER E A PAGAR: UTILIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA POR 207 EMPRESAS DO SUL DE SANTA CATARINA

Rodney Wernke (UNISUL – E-mail: rodney.wernke@unisul.br)

Ivone Junges (UNISUL – E-mail: ivone.junges@unisul.br)

Éder Luis Heberle (UNOCHAPECÓ – E-mail: eder.heberle@unochapeco.edu.br)

Resumo: visou responder questão ligada ao uso e à relevância atribuída aos controles internos usados na gestão de contas a receber e a pagar e à algumas das informações oriundas destes pelos gestores de 207 empresas da microrregião da Amarel. Foi utilizada metodologia descritiva, com abordagem quantitativa e coleta de dados por intermédio de sondagem. Após breve revisão da literatura foram apresentadas as principais características das empresas respondentes. Em seguida, foram evidenciados os dados coligidos sobre a frequência de uso e a importância atribuída aos controles internos financeiros visados, bem como acerca da relevância imputada às informações que podem ser extraídas destes, dividindo as respostas em dois grupos (indústrias e comércio/serviços). Constatou-se que 62,80% utilizam diariamente esses controles internos, 27,05% mensalmente, enquanto que 6,28% afirmaram que não utilizam e outros usam-nos com frequência esporádica. Quanto à importância atribuída, 94,68% consideraram ser extremamente ou muito importante esses controles internos. Destarte, concluiu-se que o nível de uso e de relevância praticamente são iguais no âmbito das empresas pesquisadas. Quanto às informações oriundas, 84,44% das empresas fabris classificaram essas informações como de alta relevância, contra 78,27% das firmas de comércio/serviços.

Palavras-chave: Controles internos. Contas a receber. Contas a pagar. *Survey*.

1. Introdução

Estudo divulgado pelo Sebrae/SC (2013), denominado Sobrevivência das Empresas, aponta que a cada 100 companhias criadas em Santa Catarina em média 76 sobrevivem aos dois primeiros anos de vida, sendo este o período considerado o mais crítico pela instituição em função das dificuldades de consolidar o negócio. Na região de Tubarão (sul do estado) esse índice foi de 77%, em Criciúma de 68% e em Florianópolis de 70%. Já a média nacional, segundo tal estudo, foi de 75,6% (ROLDÃO, 2013). No mesmo rumo, Vogel e Wood Jr. (2012) mencionam estudo realizado pelo Sebrae/SP em 2009 sobre mortalidade empresarial que revelou que 27% das empresas constituídas no estado de São Paulo são encerradas em seu primeiro ano de existência. Ainda, no quinto ano de atividade a taxa de mortalidade acumulada

chega a 58%, ou seja, somente 42% das empresas constituídas sobrevivem após o quinto ano de existência.

Para evitar ou minimizar os perigos da extinção precoce, bem como para ter bom desempenho e otimizar todos os recursos disponíveis em prol dos objetivos da empresa, o gestor deveria dispor de controles que possibilitem a visão e o manuseio das informações de todos os departamentos. Nesse rumo, Garcia, Kinzler e Rojo (2014) defendem que a administração deve buscar sistemas de controles e ferramentas adequadas de controle e gestão para aprimorar o desempenho da companhia. Destarte, o controle e o planejamento de uma organização requerem uma gerência capaz de apresentar resultados positivos nos diferentes aspectos que envolvem a entidade e, de modo específico, o controle interno revela a realidade da companhia mediante o uso de instrumentos apropriados.

Nesse sentido, é pertinente cogitar que essa é uma realidade aplicável também às firmas sediadas na microrregião da Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna), sul de Santa Catarina, independentemente do porte, segmento de atuação ou tempo de existência. Contudo, a adoção de controles internos depende das políticas adotadas pelos empreendedores e vincula-se a diversos aspectos, inclusive de ordem subjetiva (como a facilidade de compreensão e necessidade/utilidade das informações oriundas dos mesmos no atual ciclo de vida da entidade).

Nesse ponto emerge a questão de pesquisa que se pretende responder: quais os níveis de utilização e importância atribuídos aos controles internos de contas a receber e a pagar pelos gestores de empresas sediadas na microrregião da Amurel? Assim, para dirimir as dúvidas suscitadas a pesquisa teve como objetivo identificar o nível de utilização desses controles internos financeiros, bem como o grau de importância respectivo atribuído pelos gestores das companhias sediadas na região geográfica citada.

É válido destacar que estudos como esse se justificam porque artigos com tal abordagem são escassos, especialmente abrangendo a área geográfica composta pelos municípios situados nessa microrregião. A partir dessa lacuna de pesquisa se pretende contribuir com um diagnóstico sobre o tema que propicie o conhecimento da situação atual e permita que iniciativas de melhoria sejam cogitadas e/ou implementadas por fornecedores de *softwares*, profissionais contábeis, consultores, associações empresariais e instituições universitárias, entre outros possíveis interessados.

2. Revisão da Literatura

Em virtude da restrição quanto ao tamanho do texto, para adequar o artigo às normas do evento optou-se por apresentar definições sobre contas a receber e a pagar (foco do estudo) e destacar trabalhos anteriores com abordagem assemelhada.

Nesse sentido, como contas a receber considerou-se que estas, segundo Assef (1999), são direitos que a empresa possui, correspondentes à venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de bens do Ativo Permanente (imóveis, veículos, máquinas etc.). A preocupação com essas contas se justifica porque, para a maioria das empresas, os investimentos em valores a receber, conforme Assaf Neto (2003, p. 498), “representam uma parte significativa de seus ativos circulantes, exercendo, em consequência, importantes influências em suas rentabilidades. O nível desses investimentos depende do comportamento das vendas e da formulação de uma política de crédito para a empresa”. Santos (2001) defende que uma boa administração de contas a receber deve incluir, além da execução, as funções de planejamento e controle, para que as vendas pelo crédito comercial concedido propiciem resultados efetivamente favoráveis. Pugna ainda, que a cobrança é a principal função operacional da área de contas a receber e que a formulação da política de crédito e o acompanhamento de seus resultados são as funções típicas de planejamento e controle da carteira de contas a receber.

No caso das contas a pagar, Iudícibus, Martins, Gelbeke (2007, p. 231) registram que “são cabíveis nessa conta as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone e outras contas a pagar, geralmente a fornecedores de insumos.” Por sua vez, Calderelli (2002, p. 169) menciona que o item “contas a pagar” é uma conta figurante do passivo exigível, destinada ao registro de compromissos financeiros representados por títulos devidamente aceitos. No que tange aos procedimentos a serem utilizados no gerenciamento das contas a pagar, Wernke (2008, p. 179) salienta que estes devem “assegurar que sejam evitadas quitações de títulos em duplicidade, que sejam observados os vencimentos estipulados pelos credores, que todos os pagamentos sejam efetuados somente com a comprovação documental de existência de dívida e que os valores pagos correspondam exatamente ao valor devido (se houver disponibilidade de caixa para tanto).”

Quanto a pesquisas com temática assemelhada, cabe destacar os estudos de Perera e Baker (2007), Ruengdet e Wongsurawat (2010), Braga, Braga e Souza (2010), Carvalho e Lima (2011), Campos e Gáudio (2014), Callado e Pinho (2014), Garcia, Kinzler e Rojo (2014), Silva

Filho et al (2015), Jesus et al (2015) e Santos, Dorow e Beuren (2016). Acerca destes artigos cabe salientar que nenhum dos realizados no Brasil conseguiu número suficiente de respondentes para assegurar representatividade estatística, como é o caso deste estudo, conforme evidenciado na próxima seção.

3. Metodologia

Quanto do desenho metodológico, esta pode ser caracterizada como uma pesquisa quantitativa de descrição. Rauen (2015, p. 157) menciona que esse tipo de estudo é mais conhecido como de “levantamento de dados, de sondagem ou *survey* e consiste na solicitação de informações a um grupo estatisticamente significativo de pessoas para posterior análise quantitativa, recorrendo-se a técnicas de pesquisa de campo”.

No que tange à forma de abordagem quantitativa, Richardson *et al* (1999) mencionam que essa modalidade se refere aos estudos que utilizam a quantificação nas modalidades de coleta de informações e no tratamento destas por intermédio de técnicas estatísticas como percentual, média, desvio-padrão, como coeficientes de correlação, análises de regressão etc.

A coleta de dados aconteceu por intermédio da aplicação de questionário específico nos meses de junho a novembro de 2015, preenchidos a partir das informações coletadas por um grupo de alunos de curso de Administração de universidade localizada na mesma região foco do estudo, devidamente treinados para tal finalidade.

A amostra final utilizada foi composta por 207 (duzentos e sete) empresas da microrregião da Amurel e, com base nesse número de participantes do estudo, pode-se dizer que os resultados expressam a realidade do contexto territorial abrangido. Ou seja, assegurou-se a representatividade estatística acerca dos resultados apurados, visto que o erro amostral é de 6,8% ao nível de confiabilidade de 95%.

O questionário utilizado foi dividido em duas partes, sendo que uma priorizava identificar as características das empresas participantes e dos respondentes, enquanto que a outra indagava sobre a frequência de uso e a importância atribuída aos controles internos de contas a receber e a pagar pelos gestores respondentes. O instrumento envolvia, ainda, questões abertas, questões de múltiplas escolhas e perguntas que requeriam a opção por uma alternativa dentro de uma grade com uma escala de importância que ia de “1” a “5”, onde se considerava o nível “5” como extremamente importante e “1” como irrelevante.

Os dados coligidos foram processados, tabulados e analisados a partir de tabelas elaboradas no aplicativo *Excel*, utilizando-se a estatística descritiva (frequência e número de respostas) para sintetizar os resultados e facilitar a interpretação dos resultados oriundos, conforme a seguir.

4. Apresentação e Descrição dos Dados

A primeira parte do questionário visava conhecer as principais características das empresas abrangidas e dos respondentes, sendo que os dados coligidos permitiram determinar, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) Ramo de atividade: 46,38% dos respondentes são empresas comerciais, 29,59% são prestadoras de serviços e 22,22% são indústrias.
- b) Quadro de funcionários: 62,32% das empresas possuem até 10 funcionários; 21,74% mantêm entre 11 e 50 empregados; 4,35% empregavam entre 51 e 100 colaboradores e 11,59% têm mais de uma centena de trabalhadores registrados.
- d) Enquadramento tributário: 60,87% das participantes são optantes pelo “Simples”, 8,21% são registradas como MEI e as demais companhias são optantes pelo regime do Lucro Real (20,77%) ou pelo Lucro Presumido (9,66%).

Na segunda parte do questionário foi apresentado um conjunto de perguntas que se iniciava com uma questão que pretendia saber sobre a frequência de uso/análise, por parte dos gerentes, dos relatórios de contas a receber e de contas a pagar, cujas respostas estão listadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Frequência de uso dos relatórios de Contas a Receber e Contas a Pagar

Frequência de uso	Respondentes	% do total	Ind.	Com./Serv.
Diariamente (todos os dias)	130	62,80%	77,78%	58,64%
Gostaria de utilizar/analisar, mas não dispõe do demonstrativo.	3	1,45%	0,00%	1,85%
Mensalmente (1 vez por mês).	56	27,05%	15,56%	30,25%
Não utiliza	13	6,28%	4,44%	6,79%
Ocasionalmente (duas ou três vezes por ano).	2	0,97%	2,22%	0,62%
Trimestralmente (a cada três meses, em média).	3	1,45%	0,00%	1,85%
Total Geral	207	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores.

A partir dos dados apurados foi possível inferir que: 130 dos 207 respondentes (62,80%) afirmaram que fazem uso desses relatórios diariamente; 56 participantes (27,05%) asseguraram que utilizam-nos mensalmente e 13 companhias (6,28%) asseveraram que não utilizam os

relatórios sobre contas a receber e a pagar. Outras oito firmas se dividiam entre aquelas que se preocupavam com esses relatórios “ocasionalmente” (duas) ou “trimestralmente” (três) e aquelas que gostariam de utilizar/analisar esses relatórios, mas não dispõem deles (três empresas).

Na análise quanto às empresas industriais se constatou que a frequência de utilização era acentuada, visto que 77,78% das 45 integrantes desse grupo mencionaram usar diariamente e 15,56% que fazem uso mensal. Porém, 4,44% destas declararam que não utilizam esses relatórios. No grupo de comércio/serviço 58,64% das 162 participantes informaram que usam diariamente e 30,25% que utilizam com periodicidade mensal. Por outro lado, cerca de 6,79% revelaram que não utilizam relatórios sobre contas a receber/pagar.

Em seguida foi inquirido se o gestor da companhia considerava que a utilização/análise dos relatórios de contas a receber e a pagar eram importantes (ou não) em termos do aprimoramento da *performance* empresarial. Sobre isso, então, foram levantados os dados resumidamente dispostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Nível de importância atribuído aos relatórios de Contas a Receber e Contas a Pagar

Nível de importância	Respondentes	% do total	Ind.	Com./Serv.
Desnecessário (não utiliza e não sente falta para gerenciar a empresa).	7	3,38%	4,44%	3,09%
Irrelevante para melhorar o desempenho da companhia.	4	1,93%	0,00%	2,47%
Muito importante para melhorar o desempenho do empreendimento.	175	84,54%	91,11%	82,72%
Um pouco importante para melhorar o desempenho da empresa.	21	10,14%	4,44%	11,73%
Total	207	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores.

As respostas coletadas mostram que a grande maioria das empresas pesquisadas (84,54%) atribuiu a esses relatórios a qualidade de serem “muito importantes para melhorar o desempenho do empreendimento”. Outras 21 empresas (10,14%) consideravam “um pouco importante para melhorar o desempenho da empresa”, enquanto que 4 firmas (1,93%) entendiam que eram “irrelevantes para melhorar o desempenho da companhia”. Ainda, sete respondentes mencionaram que esses relatórios eram “desnecessários”, de vez que não os utilizavam e não sentiam falta dos mesmos para gerenciar o negócio que dirigiam.

Quanto aos dois grupos priorizados, foram apurados cenários assemelhados sobre o nível de importância atribuído aos relatórios em lume. Entre as empresas de comércio/serviços, 5,56% destas qualificaram como “desnecessário” (3,09%) ou “irrelevante” (2,47%), enquanto que 94,45% entendem como “muito importante” (82,72%) ou “um pouco importante” (11,73%)

esses relatórios. Nas indústrias, 4,44% dos respondentes consideraram “desnecessário”, mas 91,11% imputaram como “muito importante” e 4,44% como “um pouco importante”.

Para finalizar essa parte foi indagado sobre o grau de importância que os respondentes atribuíam a cinco informações quer poderiam ser obtidas a partir dos relatórios de contas a receber e a pagar. Os dados coletados estão sumarizados na Tabela 3.

Tabela 3 - Importância atribuída às informações dos relatórios de Contas a Pagar/Receber

Indicadores	Peso 1	Peso 2	Peso 3	Peso 4	Peso 5
	Irrelev.	Pouco imp.	Interm.	Muito imp.	Extr. Imp.
Valores e vencimentos contas a pagar-Total	10,63%	0,00%	3,38%	10,14%	75,85%
Valores e vencimentos contas a pagar-Ind.	8,89%	0,00%	0,00%	6,67%	84,44%
Valores e vencimentos contas a pagar-C/S	11,11%	0,00%	4,32%	11,11%	73,46%
Valores e vencimentos contas a receber-Total	11,59%	2,90%	7,73%	17,87%	59,90%
Valores e vencimentos contas a receber-Ind.	8,89%	0,00%	2,22%	6,67%	82,22%
Valores e vencimentos contas a receber-C/S	12,35%	3,70%	9,26%	20,99%	53,70%
Prazo médio/linear contas a receber-Total	11,59%	2,90%	5,80%	18,36%	61,35%
Prazo médio/linear contas a receber-Ind.	8,89%	2,22%	8,89%	13,33%	66,67%
Prazo médio/linear contas a receber-C/S	12,35%	3,09%	4,94%	19,75%	59,88%
Prazo médio/linear contas a pagar-Total	13,04%	4,83%	4,83%	16,43%	60,87%
Prazo médio/linear contas a pagar-Ind.	8,89%	2,22%	8,89%	13,33%	66,67%
Prazo médio/linear contas a pagar-C/S	14,20%	5,56%	3,70%	17,28%	59,26%
Inadimplência de clientes (%)-Total	13,04%	4,83%	4,83%	16,43%	60,87%
Inadimplência de clientes (%)-Ind.	8,89%	4,44%	4,44%	8,89%	73,33%
Inadimplência de clientes (%)-C/S	14,20%	4,94%	4,94%	18,52%	57,41%

Fonte: elaborada pelos autores.

Inicialmente a atenção se voltou ao nível de relevância que era imputado à possibilidade de “conhecer os valores e vencimentos das contas a pagar”. As respostas apuradas levaram à constatação de que para 75,85% dos respondentes da pesquisa é extremamente importante (peso “5”) conhecer os valores e vencimentos de contas a pagar e essa mesma informação é muito importante (peso “4”) para 10,14% dos pesquisados. Além disso, 10,63% consideraram que isso era “1 – Irrelevante” e apenas 3,38% atribuíram peso igual a “3” para o nível de importância desse tipo de informe. No caso das indústrias abrangidas no estudo, 91,11% das participantes atestaram que essa informação é “muito importante” (6,67%) ou “extremamente importante” (84,44%) e somente 8,89% dessas fábricas opinaram ser irrelevante. No grupo de comércio/serviços 84,57% julgaram como “muito” (11,11%) ou “extremamente” (73,46%) importante e 11,11% qualificaram como irrelevante.

Em seguida foi feita pergunta assemelhada, mas referindo-se agora à visualização dos valores e vencimentos das contas a receber (créditos perante clientes). As respostas oriundas do questionário aplicado indicam que 59,90% das 207 empresas abrangidas adjetivavam essa informação como “5 – Extremamente importante”; 17,87% atribuíram peso “4”; cerca de 7,73% classificaram com peso “3” na escala de relevância utilizada; 2,90% imputaram peso “2” e

11,59% entenderam ser “1 – Irrelevante” contar com o referido informe. A análise das respostas abertas pelos dois conjuntos de empresas investigadas mostrou que indústrias valorizam um pouco mais essa informação do que as demais. Ou seja, 88,89% das empresas fabris selecionaram as opções “extremamente” (82,22%) ou “muito” (6,67%) importante para o conhecimento dos valores e vencimentos de contas a receber. Mas, 8,89% das companhias deste grupo opinaram que essa informação é irrelevante. Nas demais empresas o cenário descortinado pelas respostas relata que 74,69% consideraram “muito” ou “extremamente” importante conhecer essa informação (20,99% e 53,70%, respectivamente) e 12,35% entenderam como irrelevante.

A terceira informação investigada referia-se à relevância associada à possibilidade de “medir o prazo médio (simples ou linear) das contas a receber. Nesse caso, os dados da pesquisa demonstraram que 61,35% dos respondentes qualificaram como extremamente importante (peso “5”) a informação relacionada a medir o prazo médio (simples ou linear) de contas a receber. Adicionalmente, 18,36% dos participantes citaram que entendem como muito importante (peso “4”); 5,80% das firmas atribuíram peso “3”; 2,90% dos respondentes imputaram peso “2” e 11,59% das companhias consideraram “1 – Irrelevante” dispor dessa informação sobre o prazo médio de contas a receber. Ao avaliar as respostas de forma segmentada percebeu-se que a importância atribuída a essa informação era bastante semelhante nas indústrias e no grupo de comércio/serviços. Nessa direção, cerca de 80,00% das fábricas informaram considerar “extremamente” (66,67%) ou “muito” (13,33%) importante saber o prazo médio/linear de contas a receber e 8,89% afirmaram ser irrelevante. Nas empresas de comércio/serviços os resultados foram: 59,88% para “extremamente importante”, 19,75% para “muito importante” e 12,35% para “irrelevante”.

Questão semelhante foi aventada sobre a mensuração do prazo médio de contas a pagar, onde as respostas coletadas evidenciaram cenário que induz à conclusão de que 60,87% das companhias envolvidas no estudo consideraram essa informação extremamente importante, visto que atribuíram-lhe o peso “5” na escala de relevância utilizada. Outro grupo (16,43% das empresas) adjetivou a relevância de conhecer o prazo médio das contas a pagar com peso “4”, enquanto que 13,84% dos respondentes opinaram que esta seria uma informação irrelevante (peso “1”). Tanto as empresas que atribuíram peso “2”, como as que atribuíram peso “3”, representaram coincidentemente 4,83% da amostra estudada. No que concerne aos dois conjuntos de empresas, cerca de 66,67% das indústrias escolheram a opção “extremamente importante”, 13,33% optaram por “muito importante” e somente 8,89% opinaram por ser

irrelevante a apuração do prazo médio/linear de contas a pagar. No conjunto que abrangia comércio/serviços os resultados mais significativos foram: 59,26% adjetivaram como “extremamente importante”, 17,28% registraram ser “muito importante” e 14,20% admitiram que consideraram-na sem importância essa informação.

Para finalizar essa parte da pesquisa foi perguntado sobre a importância de se “identificar a evolução dos percentuais de inadimplência de clientes”. O que se apurou no estudo mostra que o maior contingente de respostas considerou esta uma informação relevante, ou seja, 60,87% atribuíram-lhe peso “5 – Extremamente importante” e 16,43% optaram por imputar-lhe peso “4”. Por outro lado, 27 das 207 empresas (13,04%) reputavam-lhe peso “1”, o que equivale à irrelevância. Um exame comparativo mais detido pôde identificar, ainda, a igualdade das respostas entre esta e a questão precedente, onde os mesmos percentuais de respondentes foram observados em termos de mensurar o prazo médio de contas a pagar e a realidade exposta neste parágrafo.

A abertura das respostas entre indústrias e comércio/serviços evidenciou que 82,22% das fábricas consideraram “extremamente” (73,33%) ou “muito” importante (8,89%) mensurar a inadimplência de clientes, enquanto que 8,89% asseguraram que isso seria irrelevante no contexto de suas companhias. Por outro lado, no grupo de comércio/serviços a mensuração da inadimplência foi considerada como relevante por 75,93% dos respondentes, onde 57,41% entenderam como “extremamente importante” e 18,52% como “muito importante”. Ainda, 14,20% escolheram a alternativa que apontava como irrelevante essa informação.

5. Conclusões do Estudo

Considera-se que o estudo permitiu alcançar o objetivo inicialmente proposto, ou seja, conhecer o nível de utilização e importância atribuída aos controles internos financeiros da gestão de contas a receber e a pagar pelos gestores das empresas estabelecidas na região geográfica analisada. Com esse propósito a pesquisa retratou a realidade vigente nas empresas da Amurel e contribuiu para o conhecimento das limitações e pontos positivos dessas entidades quanto ao uso desses controles nos aspectos priorizados.

Quanto aos resultados mais relevantes, é válido salientar os “achados” a seguir enumerados:

a) Em torno de 62,80% dos gestores pesquisados utilizam diariamente relatórios de contas a receber e contas a pagar, o que corresponde a 130 empresas das 207 abrangidas. Além disso,

56 companhias (27,05% do total) utilizam esses controles com periodicidade mensal. Os demais respondentes afirmaram não utilizar (6,28%), utilizar trimestralmente (1,45%) ou ocasionalmente (0,97%) e 1,45% gostariam de utilizar, mas não possuem esses tipos de relatórios.

b) Sobre o nível de importância atribuída ao uso desses tipos de controles internos, cerca de 84,54% dos respondentes asseveraram ser extremamente importante a utilização dos mesmos e 10,14% julgaram ser “um pouco importante”.

c) Quanto à relevância de dispor de informações oriundas dos controles de contas a pagar/receber apurou-se que 75,85% consideram-nos extremamente importantes para conhecer os valores e vencimentos de contas a pagar e 59,90% acreditam serem de extrema importância para visualizar os valores e vencimentos das contas a receber. Na percepção de 61,35% dos respondentes esses controles são acentuadamente importantes para medir o prazo médio (simples ou linear) de contas a receber e 60,87% acreditam serem muito relevantes para medir o prazo médio (simples ou linear) de contas a pagar (mesmo percentual apurado para identificar a evolução dos percentuais de inadimplência de clientes).

d) No outro extremo há gestores que consideram pouco relevante a obtenção das informações provenientes desses controles financeiros, mas os percentuais verificados a respeito situam-se entre 10,63% e 13,04%.

No que concerne às limitações associados, talvez a mais relevante esteja vinculada à possibilidade de interpretação equivocada dos conceitos inquiridos por parte dos respondentes. Em que pese se tenha tentado mitigar essa dificuldade com a inclusão de textos introdutórios nas questões mais complexas visando esclarecer a respeito, talvez alguma dificuldade de compreensão pode ter se mantido e, eventualmente, prejudicado a veracidade dos dados coligidos. Adicionalmente, assumiu-se que as respostas obtidas expressam a realidade das entidades respondentes, mas não há comprovação documental da utilização dos instrumentos financeiros pelas empresas pesquisadas como informado nos questionários.

Por último, como sugestão para trabalhos futuros recomenda-se a expansão desse tipo de estudo para outras regiões, do estado ou do país, com a intenção de confirmar ou refutar os resultados apurados nesta pesquisa.

Referências

- ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003.
- ASSEF, R. **Guia prático de administração financeira: pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BRAGA, D. P. G.; BRAGA, A. X. V.; SOUZA, M. A. Gestão de custos, preços e resultados: um estudo em indústrias conserveiras do Rio Grande do Sul. **Contabilidade, Gestão e Governança**. Brasília, v. 13, n. 2, p.20-35, mai./ago. 2010.
- CALDERELLI, A. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. São Paulo: Cetec, 2002.
- CALLADO, A. A. C.; PINHO, M. A. B. de. Evidências de isomorfismo mimético sobre práticas de gestão de custos entre micro e pequenas empresas de diferentes setores de atividade. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, p. 119-137, maio/ago. 2014.
- CAMPOS, B. R.; GÁUDIO, A. E. de G. M. A utilização de ferramentas de controle gerencial em micro e pequenas empresas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da Micro e Pequena Empresa**. Campo Limpo Paulista, v.8, n.3, p. 66 - 78, 2014.
- CARVALHO, J. R. M.; LIMA, M. D. Práticas gerenciais em MPE'S do comércio de confecções da cidade de Sousa/PB. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC)**, v. 5, n. 3, p. 39-65, 2011.
- GARCIA, O. P. G.; KINZLER, L.; ROJO, C. A. Análise dos sistemas de controle interno em empresas de pequeno porte. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, n. 2, p. 133-153, jul./dez. 2014.
- IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- JESUS, E. R.; CITTADIN, A.; GUIMARÃES, M. L. F.; GUIMARÃES FILHO, L. P.; GIASSI, D.; MENEGALI, M. V. As características da gestão de custos nas organizações do extremo sul catarinense. In: Congresso Brasileiro de Custos – CBC, 22, 2015, Foz do Iguaçu (PR). **Anais...** São Leopoldo: ABCustos, 2015.
- PERERA, S.; BAKER, P. Performance measurement practices in small and medium size manufacturing enterprises in Australia. **Small Enterprise Research**, v. 15, n. 2, p. 10-30, 2007.
- RAUEN, F. **Roteiros de iniciação científica: os primeiros passos da pesquisa científica desde a concepção até a produção e a apresentação**. Palhoça: Editora UNISUL, 2015.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROLDÃO, T. Indicador positivo. **Jornal Diário Catarinense**, p. 19, 14/08/2013.
- RUENGDET, K.; WONGSURAWAT, W. Characteristics of successful small and micro community enterprises in rural Thailand. **Journal of Agricultural Education and Extension**, v. 16, n. 4, p. 385-397, 2010
- SANTOS, E. O. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.
- SANTOS, V.; DOROW, D. R.; BEUREN, I. M. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**. UFRN, Natal (RN), v.8, n.1, p.153–186, jan./jun. 2016.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Santa Catarina em números: macrorregião sul**. 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Macrorregiao%20-%20Sul.pdf>>. Acesso: 25 de fevereiro de 2016.
- SILVA FILHO, L. L.; LAGIOIA, U. C. T.; ARAÚJO, J. G. N. de; ARAÚJO, J. G.; CARLOS FILHO, F. de A. Gestão de custos e formação de preço de venda, gestão de caixa e gestão de riscos: um estudo exploratório no arranjo produtivo local gesseiro do estado de Pernambuco. ABCustos, São Leopoldo: **Associação Brasileira de Custos**, v.10, n.3, p.107-142, set./dez. 2015.
- WERNKE, R. **Gestão financeira: ênfase em aplicações e casos nacionais**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- VOGEL, J.; WOOD JUNIOR, T. Práticas gerenciais de pequenas empresas industriais do Estado de São Paulo: um estudo exploratório. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 1, n.2, 2012.